

LÍNGUA NACIONAL, FALAR SERTANEJO, ESTILO ROSIANO

*Ângela Váz Leão**

RESUMO

Partindo do princípio de que nenhuma explicação literária prescindir de um fundamento lingüístico, o trabalho tem por objetivo caracterizar sucessivamente o português no Brasil, o falar sertanejo e o estilo rosiano, para, finalmente, a título de exemplo, fazer o levantamento e a análise de alguns fatos estilísticos, presentes no conto “Famigerado”, de *Primeiras estórias*.

Palavras-chave: Português do Brasil; Língua literária; Sertão; Estilo de Guimarães Rosa; “Famigerado”.

Ao propor o título deste trabalho tive em mente um princípio óbvio: a porta de entrada no mundo da literatura só pode ser a linguagem. É em tal princípio que pretendo apoiar-me.

Língua, falar, estilo: essas três entidades lingüísticas, alinhadas em progressão decrescente, revelam uma concepção triádica da linguagem literária, com os três elementos em encaixes sucessivos, de tal modo que, para chegar ao menor deles, o estilo, seja forçoso passar pelos dois que o contêm. Assim, o estilo rosiano se encaixa no falar sertanejo, que, por sua vez, se encaixa na língua nacional.

Começando, pois, pela língua nacional, pergunta-se: como pode ela, em teoria, ser identificada?

A identidade da linguagem usada na comunicação diária da grande maioria da população do Brasil já foi objeto de acirradas polêmicas entre gramáticos, filólogos e lingüistas, especialmente nos meados do século XX. Afinal, que língua falamos nós, os brasileiros?

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Por aquela época, de um lado os tradicionalistas defendiam a teoria de que o português do Brasil seria idêntico ao de Portugal e de que, em consequência, esse ideal deveria orientar todo o ensino da língua. De outro lado, os revolucionários apostavam na existência de uma língua brasileira, de todo independente de uma matriz lusitana que lhe tivesse dado origem, como o latim dera origem às línguas românicas, que hoje gozam de plena autonomia. Essas duas posições radicais pareciam inconciliáveis. Entretanto, com o passar do tempo, ou melhor, com o evoluir das ciências da linguagem, alguns estudiosos iam demonstrando o desacerto de ambas as teses, que acabaram por ceder lugar a uma terceira: falamos o português, sim, mas um português diferente do de Portugal, isto é, o sistema é o mesmo, porém as normas são outras – o que justifica a sua denominação de *Português do Brasil*. No fundo, essa tese ia ao encontro da posição de Leite de Vasconcelos, que, no início do século (1901), numa classificação dos dialetos do português, reservava um espaço para o *dialeto brasileiro*. Só que, na polémica que se travou entre nós, evitou-se o uso da palavra dialeto, para designar a modalidade brasileira do português. A idéia era que o idioma como um todo compreendia duas realizações nacionais, sincronicamente em pé de igualdade, não obstante a existência de uma filiação diacrônica.

Num estudo famoso sobre a linguagem de *Iracema*, o filólogo Gladstone Chaves de Mello (1948) demonstrou que Alencar manejava o sistema da língua portuguesa segundo uma norma que divergia da norma lusitana, ou, em outras palavras, a escrita alencariana imprimia à língua um estilo brasileiro. Esse estilo brasileiro seria o *quantum satis* para caracterizar a linguagem própria de uma literatura brasileira autônoma, cujo grito de independência se deve ao Romanismo. Foi precisamente Alencar quem fez a primeira tentativa programática de uma afirmação lingüística tipicamente brasileira, tomando como base para a linguagem literária a própria língua oral dos brasileiros.

Na esteira da inovação estilística brasileira afirmada por Alencar, porém utilizando novos recursos de escrita, caminharam outros escritores nossos, com maior ou menor ousadia, com maior ou menor originalidade, até que, na terceira década do século XX, Mário de Andrade conduziu a língua ao seu segundo momento de renovação programática. Como se sabe, Mário de Andrade deixou originais esparsos e diversos, como anotações marginais em obras de caráter lingüístico e reflexões anotadas em pedaços de papel, que ele destinava à composição de uma *Gramatiquinha da língua brasileira*, como costumava denominar o seu projeto. Mas essa *gramatiquinha* ele nunca chegou a escrever. Cerca de meio século depois, Edith Pimentel Pinto, professora titular de Língua Portuguesa da USP e saudosa amiga, estruturando as notas esparsas que ele deixara, compôs e divulgou *A Gramatiquinha de Mário de Andrade* (1990), que ele tanto desejara publicar. Em teoria, as normas adotadas por Mário baseavam-se na língua oral, mas, na prática, o que ocorreu em *Macunaíma* ia

muito além disso. Diferentemente de Alencar, Mário misturava os vários dialetos brasileiros numa mesma escrita, quase à maneira de uma colcha de retalhos, demonstrando uma concepção de língua bastante distanciada daquilo que seria uma língua natural, realmente usada por uma determinada comunidade lingüística.

A coisa não parou aí. A busca de uma identidade lingüística brasileira visando ao uso literário prosseguiu nas décadas seguintes, culminando com a obra de Guimarães Rosa, na segunda metade do século XX. Aí se pode situar o terceiro marco dessa evolução. A linguagem rosiana, baseada no linguajar do nosso sertanejo, motivou estudos lingüísticos de muitos especialistas, entre os quais se destaca Oswaldino Marques (1957) pela fina intuição presente nas suas análises.

Temos assim, nas obras de José de Alencar, Mário de Andrade e João Guimarães Rosa, cujo estudo lingüístico mais substancioso se deve respectivamente a Gladstone Chaves de Mello, Edith Pimentel Pinto e Oswaldino Marques, os três marcos da evolução progressiva do português literário no Brasil. E na expressão *português literário do Brasil*, o adjunto adnominal *do Brasil*, além de ser localizador geográfico, desempenha o papel de caracterizador ou de identificador de uma *língua literária* que se diferencia da de Portugal, sem deixar de ser o português.

Voltando a algumas décadas atrás, lembremos que a polêmica sobre a denominação da língua falada no Brasil chegou a tal ponto que provocou uma intervenção política oficial: em 1946, o Ministério da Educação designou uma comissão para opinar sobre a denominação do idioma nacional. O parecer da comissão, após discorrer sobre as numerosas diferenças entre a linguagem brasileira e a portuguesa, afirmou a unidade do sistema e concluiu, com acerto, que a língua usada no Brasil só poderia denominar-se *português*. Usamos o *português do Brasil*, modalidade distinta do português lusitano, da mesma forma que os norte-americanos usam o inglês da América, distinto do inglês britânico, mas sempre inglês. A esse respeito, o maior dos nossos lingüistas, Mattoso Câmara Jr. (1976), chama a atenção para a situação peculiar das línguas que pertencem a sociedades politicamente distintas, culturalmente diferenciadas e mais ou menos afastadas no espaço. Esclarece ele que *aí, a variedade intrínseca e sempre presente em qualquer caso tende a se polarizar em subnormas correspondentes aos países diversos em que a língua vigora* (p. 8). Como exemplo, cita precisamente o problema do inglês americano em face do inglês britânico, ou do português brasileiro em face do português lusitano. A observação é pertinente, mas a palavra *subnormas* parece fraca para significar as duas modalidades nacionais do uso da língua, além de pressupor a existência de uma norma única supranacional, o que não corresponde à realidade. O que há em Portugal e no Brasil são duas normas, ambas com uma pluralidade de subnormas, ou de usos regionais e sociais.

Com efeito, como se sabe, as duas modalidades nacionais do português compreendem ambas dialetos vários, ainda não descritos suficientemente. No Brasil, os

estudos dialetológicos, que são pontuais e descontínuos, tiveram início com O **dialeto caipira**, de Amadeu Amaral (1920). A forma clássica da geografia lingüística ainda não produziu, entre nós, um atlas lingüístico nacional. Dispomos apenas de uns poucos atlas lingüísticos regionais, cada um deles cobrindo uma área estadual. Também se verificam estudos monográficos de particularidades lingüísticas de alguns dialetos, principalmente em teses universitárias que se ocupam da variação e da mudança.

Quanto à classificação dialetal, a mais importante é a de Antenor Nascentes (1922), não obstante tenha sido organizada apenas na base de observações pessoais, feitas em viagens que o pesquisador realizou às suas expensas, sem nenhum apoio oficial. Por essa classificação, o País se divide em duas grandes áreas dialetais – o Norte e o Sul –, cuja linha de separação se acha, a partir do litoral, entre os estados do Espírito Santo e da Bahia, prolongando-se através de Minas e de Goiás, até a cidade de Mato Grosso. De ambos os lados dessa linha os dialetos compreendem conjuntos de falares, que se caracterizam por oposições na estrutura superficial, dentro do sistema lingüístico comum, e pela circunstância de pertencerem à língua oral cotidiana, com limitada penetração na língua escrita literária.

No conjunto dos dialetos do Sul, interessa-nos aqui o mineiro, que abrange grande parte do estado de Minas Gerais, estendendo-se ao sudeste do estado de Goiás e ao sudoeste da Bahia.

Com elementos do dialeto mineiro, mas não somente dele, forma-se o *falar sertanejo*. Conforme indica o seu nome, é o falar do Sertão, entidade geográfica e cultural, afastada das cidades, que abrange o interior de alguns estados brasileiros, conforme esclarece Walnice Nogueira Galvão, em **As formas do falso** (1986):

Dá-se o nome de sertão a uma vasta e indefinida área do interior do Brasil, que abrange boa parte dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. É o núcleo central do país. Sua continuidade é dada mais pela forma econômica predominante, que é a pecuária extensiva, do que pelas características físicas, como tipo de solo, clima ou vegetação. (p. 28)

A mesma indefinição da área sertaneja transparece na fala de Riobaldo, em **Grande sertão: veredas** (1963). Ele explica o sertão não em função do mapa político do País, mas pela sua extensão, coberta de pastos, quase vazia de gente, permitindo ao criminoso viver em paz, longe da perseguição policial:

O senhor tolere: isto é o sertão. (...) Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. (p. 9)

Em ambas as descrições – a de Walnice Nogueira Galvão e a de Riobaldo –

as principais características são a vastidão e a indefinição geográfica, aliadas ao tipo da cobertura vegetal do solo, os pastos que *carecem de fechos*. Dito de outra forma, o que unifica o sertão, essa espécie de miolo do território brasileiro, é a presença dos pastos e, em conseqüência, do gado. Em paisagem física tão vasta, mas relativamente homogênea, capaz de gerar e alimentar uma mesma economia predominante, era natural que se desenvolvesse um tipo humano também bastante homogêneo, marcado por uma cultura com traços comuns, que não teríamos tempo para aqui analisar ou sequer enumerar. Para não sair do meu tema, cabe-me lembrar apenas um dos traços dessa cultura, isto é, a existência de um falar que, não obstante variantes lingüísticas regionais, apresenta invariantes que lhe dão relativa unidade e o opõem aos falares urbanos – o falar sertanejo.

Pois bem. É precisamente esse falar sertanejo que Guimarães Rosa estiliza na sua obra ficcional.

Para termos uma idéia da natureza dessa estilização, selecionei, de *Primeiras estórias* (1956), o conhecido conto “Famigerado”. Trata-se de um primor de narrativa, em que predomina a função metalingüística da linguagem, pois tudo gira em torno da explicação do sentido da palavra *famigerado*. Tentarei selecionar apenas alguns fatos estilísticos desse conto, onde, tivéssemos nós o tempo necessário, tudo mereceria ser comentado.

A primeira observação a fazer é que a estilização rosiana incide sobre certos aspectos da linguagem sertaneja, sem, entretanto, violentar o sistema do português. Isso nos leva a todos nós, estudiosos de Guimarães Rosa, à consciência de que só podemos delimitar o fato estilístico, que é um desvio, por contraste com a língua comum. Entretanto, a leitura do conto nos mostra que nem tudo na linguagem rosiana se reduz a desvios.

Com efeito, em muitos passos de “Famigerado” encontramos, ao lado de expressões típicas do falar sertanejo, frases normais da língua nacional, até mesmo de sabor clássico. As construções obedientes à gramática tradicional se acham na linguagem de um personagem/narrador culto, que, bastante inteligente, procura não chocar o seu interlocutor, que é sertanejo e analfabeto. A fala culta desse narrador convive no texto com a fala do personagem sertanejo, como duas realizações possíveis do português.

Como exemplo, comecemos por analisar a frase seguinte, logo nas primeiras linhas da narração:

Parou-me à porta o tropel. (p. 9)

Temos aí um caso inegável de sintaxe erudita, bastante sofisticada: uma única oração apresenta o sujeito posposto, *o tropel*, e o uso clássico do pronome pessoal oblíquo *me*, fazendo as vezes de pronome possessivo. A língua oral corrente

restabeleceria a ordem dos sintagmas constituintes da oração e não usaria o *me* com valor possessivo. Diria talvez ‘O tropel parou na minha porta’, o que pareceria banal ao autor Guimarães Rosa. Daí que ele dê preferência a uma construção clássica, distanciada da oralidade, mas coerente com o nível do seu narrador culto: *Parou-me à porta o tropel*.

Outra frase de construção clássica diz:

Dado que a frente da minha casa reentrava, metros, da linha da rua, e dos dois lados avançava a cerca, formava-se ali um encantoável, espécie de resguardo. (p. 9)

Temos aí um período complexo, ou, em outra nomenclatura, um período composto por subordinação e por coordenação. A estrutura se compõe da mistura da hipotaxe com a parataxe: são duas orações subordinadas causais, coordenadas entre si, seguidas da oração principal – construção elaborada, típica da língua escrita. Nesse fundo culto e convencional de linguagem, destaca-se algo de tipicamente rosiano, no plano lexical. É o neologismo *encantoável*, a cuja novidade acresce o fato de, com forma de adjetivo, ser usado como substantivo: *um encantoável*. Pela sua formação, *encantoável* seria um adjetivo, formado a partir do radical do verbo *encantoar*, com o sufixo *-vel*, que indica possibilidade e sentido passivo. Por exemplo: *lavável*, ‘o que pode ser lavado’, *encantoável* ‘o que pode ser encantoado’. Na realidade, nesse neologismo rosiano, além da própria formação da palavra, há três novidades:

- a) o adjetivo se torna substantivo;
- b) o sentido passivo se torna ativo;
- c) a idéia de possibilidade soma-se à idéia de lugar.

Assim, *um encantoável* é ‘um lugar onde se pode encantoar alguém’ ou ‘um lugar onde alguém pode se encantoar, se esconder’. Essa interpretação se confirma no próprio texto logo a seguir: *Valendo-se do que, o homem obrigara os outros ao ponto donde eram menos vistos, enquanto barrava-lhes qualquer fuga. Esse ponto donde eram menos vistos é justamente o encantoável*. O fato que acabamos de analisar é bem próprio de Guimarães Rosa: o enxerto de um neologismo lexical em frase de sabor clássico.

Ainda no âmbito da sintaxe, lembre-se que a língua portuguesa conhece várias estruturas de período hipotético, além da não marcada, constituída por uma oração principal e uma subordinada condicional iniciada por *se*. Uma das estruturas marcadas é aquela que subentende a conjunção subordinativa, isto é, tem nexos zero, e antepõe obrigatoriamente a oração subordinada à principal. Por exemplo: em vez de *Ele teria escapado se fosse mais esperto*, pode-se dizer: *Fosse ele mais esperto, teria escapado*. Com esse expediente, produz-se uma frase mais rápida, em que se acentua a irrealidade da hipótese ou condição. Pois bem. Essa estrutura se encontra no conto “Famigerado”:

Eu não tinha arma ao alcance. Tivesse, também, não adiantava. (p. 9)

A segunda dessas duas frases é um período hipotético com conjunção zero, e significa ‘se tivesse [arma], também não adiantava’. Como se vê, *Tivesse, também, não adiantava*, exprime hipótese, porém não apresenta conjunção subordinativa e antepõe obrigatoriamente a oração subordinada à principal.

Encontra-se uma segunda ocorrência da mesma estrutura em:

Tivesse aceitado de entrar e um café, calmava-me. (p. 10)

com o seguinte sentido: “[Eu] me acalmaria, se [ele] tivesse aceitado entrar (...)”. Esse tipo de construção tem largo uso na língua literária, mas é também freqüente na língua coloquial, como procurei demonstrar em estudo sobre o período hipotético (1961).

As três construções exemplificadas até aqui mostram que a linguagem rosiana, não obstante tudo quanto apresenta de estilo pessoal, inspirado no linguajar do sertão, nem por isso está em desacordo com o português das gramáticas, ou melhor, da norma acadêmica.

Passemos agora ao dialeto mineiro, que coexiste, ou melhor, que coincide, na obra, com o falar do sertão, este, entretanto, de alcance rural mais amplo, pois o sertão é *uma vasta e indefinida área do interior do Brasil*, que abrange vários estados.

Encontram-se em “Famigerado” expressões familiares, típicas dessa linguagem regional sertaneja. É o caso da expressão *de banda*, que, com o sentido ‘de lado’ não se verifica nos falares urbanos, a não ser na boca de migrantes internos, que conservam na cidade traços de sua linguagem rural de origem. No conto, encontramos não só *de banda*, mas ainda *banda de fora*:

(...) e embolados, de banda, três homens a cavalo. (p. 9)

Assim, porém, banda de fora, sem a-graças de hóspede nem surdez de parede, tinha para um se inquietar (...) (p. 10)

São típicas também do falar sertanejo palavras aumentadas com um *a* protético, como *alimpar* em vez de limpar, ou *agarantir*, em vez de garantir, que aparecem na expressão *de armas alimpadas* (p. 10) e na frase interrogativa *vosmecê agarante?* (p. 12)

Ainda provenientes do falar sertanejo são:

- o uso do pronome de tratamento *vosmecê*, cerca de uma dezena de vezes, no diálogo, quando fala o jagunço sertanejo (ao contrário da forma de tratamento *o senhor*, usada pelo interlocutor culto);
- o emprego do sufixo *-udo*, como em *grossudo* (p. 10), *uma jereba papuda* (p. 10);
- a expressão de causa *pra mor de*, como na frase (...) *vim, sem parar, essas seis léguas, expresso direto pra mor de lhe perguntar a pergunta*. (p. 11);

- nessa mesma frase, o uso de três expressões com o mesmo sentido – *sem parar, expresso e direto* (p. 10), redundância expressiva típica da língua coloquial.

Convém notar ainda que, além desses e de outros fatos morfossintáticos, são típicas do falar sertanejo algumas realizações fonéticas que se distanciam da fonologia do português culto e que se encontram representadas nos diálogos de *Famigerado*. Por exemplo: *preguntar* por ‘perguntar’ (p. 10); *grossaria* por ‘grosseria’ (p. 12).

Vistos ligeiramente alguns traços da fala culta e do falar sertanejo, passemos agora àquilo que é peculiar ao estilo do nosso Autor.

As opiniões mais freqüentes sobre a linguagem rosiana, pelo menos entre os leitores leigos, agrupam-se em dois conjuntos: um deles resume-se na idéia de que essa linguagem seja cópia fiel do falar sertanejo, como se fosse uma gravação; o outro, no pólo oposto, pode sintetizar-se na idéia de que tudo nesse estilo seja pura invenção de um autor que fez da linguagem não só o instrumento, mas também o objeto de sua criação artística.

Duplo engano! As duas teorias estão longe de refletir a verdade. Guimarães Rosa não criou a sua linguagem do nada, nem tão pouco repetiu simplesmente o falar sertanejo. Tomou esse falar, sim, como base da sua escrita, mas o estilizou, chegando a uma linguagem original, que nos fascina pela sua beleza e funcionalidade, a tal ponto que cria, em nós, uma impressão de coisa já ouvida.

Vários especialistas têm estudado a linguagem de Guimarães Rosa, tanto no plano lexical quanto no plano morfossintático. Aqui, as circunstâncias do momento me levam a apresentar apenas uma amostra de traços do seu estilo, tal como ele se realiza em “Famigerado”.

Guimarães Rosa usa de modo peculiar os pronomes oblíquos, conferindo-lhes a ambigüidade ou até a polissemia típica da linguagem poética. Tomemos, por exemplo, a frase:

O medo me miava. (p. 9)

O pronome *me* poderia assumir aí três funções diversas, que conduziriam a três diferentes interpretações da frase. Na primeira, o *me* teria valor de simples possessivo, e a frase *O medo me miava* equivaleria a ‘o meu medo miava’. Na segunda, o *me* teria um valor adverbial de lugar, e a mesma frase corresponderia a ‘o medo miava dentro de mim’. Na terceira, o *me* assumiria a função típica do objeto indireto, com valor semântico de ameaça, e a frase teria o sentido de ‘o medo miava para mim’. Qualquer que seja a interpretação morfossintática e semântica adotada, permanecem sempre três traços essenciais, todos eles poéticos, nos diferentes estratos da língua. No estrato sonoro, verifica-se a aliteração do *m* em todos os vocábulos da frase, exceto, evidentemente, o artigo: *O medo me miava*. No estrato semântico, já

vimos a possibilidade de três sentidos diferentes, isto é, a polissemia, a multivocidade da frase. No estrato retórico, temos um caso de prosopopéia, que faz do medo um ser animado, provavelmente a imagem de um felino do mato, segundo a experiência do narrador. Acima de tudo isso, ou talvez por tudo isso, fica patente o caráter pessoal, rosiano, da expressão.

Efeito sonoro curioso verifica-se também em palavras rimadas, como *rente/frente*, que, no caso, se acham seguidas, dando a impressão de estar uma incorporada na outra:

um cavaleiro rente, frente à minha porta. (p. 9)

Vários outros fenômenos morfo-sintático-semânticos são típicos do estilo rosiano como, por exemplo, a interferência lingüística dos idiomas que conhecia.

Seja a frase: *Disse de não*. Na substituição do *que* usual (*disse que não*), pelo *de* (*disse de não*), parece atuar uma influência do italiano *Há detto di no*.

Outras vezes, tem-se a impressão de frase cunhada pelo modelo sintático alemão, como nas interrogativas indiretas. Sabe-se que, nas interrogativas indiretas alemãs, com a conjunção *ob* pode-se suprimir o *verbo dicendi* e toda a oração principal. Nesse caso, a frase-resposta não se reduz simplesmente ao termo sobre o qual incide a pergunta. Esse termo toma a feição de complemento do verbo *dicendi* suprimido, iniciando-se a interrogação pela conjunção *ob*, correspondente à nossa conjunção integrante *se*. É o que ocorre na seguinte interrogação indireta:

Se por cumprir do maior valor de melhores modos? (p. 10)

As inovações rosianas no campo da morfossintaxe são freqüentes, como já vimos. Mas é no campo do léxico que a invenção de Rosa não tem limites. Citemos apenas alguns neologismos colhidos em “Famigerado”, além de *um encantoável*, já explicado:

antenasal, ‘diante do nariz’: *Ali, antenasal, diante de mim a palmo!* (p. 10);

farsânsia, ‘farsa de mau gosto, gracejo ofensivo’ (p. 12);

verivérbio, ‘a palavra verdadeira, o sentido verdadeiro’ (p. 12);

cabismeditado, ‘de cabeça baixa a meditar’ (p. 11);

desafogaréu, ‘desafogo muito grande’ (p. 12): amálgama de *desafogo* + *fogaréu*.

Não só de vocábulos novos, mas também de sintagmas neológicos se enriquece o estilo de Guimarães Rosa. Nos exemplos seguintes, grifo os sintagmas que me parecem de criação rosiana, a partir de outras expressões populares:

a conversa era para teias de aranha (p. 11), ‘a conversa era cheia de armadilhas’;

ela se levantou de molas (p. 12), ‘ela se levantou num salto’

com cara de nenhum amigo (p. 9) ‘com cara de poucos amigos’.

Muitos dos traços estilísticos de Guimarães Rosa pertinentes ao léxico se explicam pelo seu gosto do arcaísmo. Em “Famigerado”, para dar um único exemplo, citem-se as palavras *vilta*, com o sentido de ‘aviltamento; humilhação’, e *doesto*, com o sentido de ‘insulto, ofensa’. Quando o jagunço pergunta se *famigerado* é nome de ofensa, o doutor lhe responde:

Vilta nenhuma, nenhum doesto. (p. 12)

Numa só frase, temos aí dois arcaísmos. O primeiro, *vilta*, é um derivado deverbal do arcaico *viltar*, hoje representado por *aviltar*. O segundo, *doesto*, resulta da evolução de *deosto* (por metátese), forma presente no português medieval, com sentido de ‘ofensa, insulto’. Ambos podem ser documentados nas **Cantigas de Santa Maria**, de Afonso X (século XIII):

E sol non devemos provar
de as trager mal nem viltar (as = as imagens da Virgem)
(Cant. 16, v. 9-10. Grifo acrescentado)¹

E por esta vergonna e por este doesto
fogi a esta terra (...)
(Cant. 411, v. 75/76. Grifo acrescentado)²

A respeito de palavras arcaicas em Guimarães Rosa, gostaria de relembra um fato ocorrido quando, em uma aula de interpretação de textos, ainda na UFMG, Faculdade de Letras, fazíamos a leitura de textos rosianos, em recortes bem curtos, com a finalidade de exercitar os alunos na microanálise estilística. Os recortes se faziam no conto “As margens da alegria”, de **Primeiras histórias** (p. 2-7). Um dos textos analisados achava-se justamente no fragmento V do conto, quando, no terreirinho, depois do jantar, o menino vê o segundo peru.

Mas foi, depois do jantar. E – a nem espetaculosa surpresa – viu-o, suave inesperado: o peru, ali estava! Oh, não. Não era o mesmo. Menor, menos muito. Tinha o coral, a arrecauda, a escôva, o grugulhar grufo, mas faltava em sua penosa elegância o recancho, o engôbo, a beleza esticada do primeiro. (p. 7. Grifo acrescentado)

O estudante que apresentava oralmente a explicação do texto deteve-se em problemas do léxico. E ao explicar a palavra *arrecauda*, ele a interpretou como composta de uma interjeição *arre!*, mais a palavra *cauda* –, para exprimir a admiração do

¹ Português moderno: ‘E sequer devemos tentar maltratá-las (as imagens da Virgem), nem aviltá-las’

² Português moderno: ‘E por causa dessa vergonha e desse insulto, fugi para esta terra’.

menino diante da beleza da cauda aberta em leque. Muito provavelmente, essa interpretação tinha sido influenciada pela impressão deixada pelo fragmento II, quando o menino vê o primeiro peru e admira sua cauda:

Senhor! Quando avistou o peru, no centro do terreiro, entre a casa e as árvores da mata. O peru, imperial, dava-lhe as costas, para receber sua admiração. Estalara a cauda, e se entufou, fazendo roda: o raspar das asas no chão – brusco, rijo, – se proclamara. (p. 4. Grifos acrescentados)

A interpretação parecia lógica. A admiração do menino diante da *cauda* explicaria o composto por justaposição *arrecauda* a partir de um elemento interjectivo: *arre!* + *cauda*. Entretanto, a minha leitura dessa palavra era outra: pensava que a palavra nada tinha a ver com *cauda*, a não ser uma semelhança fonética casual. Tratar-se-ia de um arcaísmo, conservado no sertão, para designar ‘brinco’, enquanto a palavra da língua comum atual é *arrecada*, com registro em praticamente todos os bons dicionários da língua. Na forma dialetal, herdada do português arcaico, ter-se-ia verificado a ditongação da vogal tônica a, para au, ocorrente no dialeto sertanejo, como também no caipira. Da mesma forma que *caso* se torna *causo* na pronúncia sertaneja, também *arrecada* se transformaria em *arrecauda*. Assim, no primeiro peru, visto de costas, o que impressionara o menino era principalmente a cauda (p. 4), mas, no segundo, visto de frente, o que lhe chamava a atenção eram os brincos – a *arrecauda*, e sua cor, o *coral* (p. 7). Assim pensava eu.

Hoje, depois de publicado o excelente dicionário de Nilce Sant’Ana Martins (2001), intitulado *O léxico de Guimarães Rosa*, cuja utilidade não se pode medir, vejo que a interpretação do meu aluno tinha tudo para ser lógica. Lê-se no verbete *arrecauda*:

Arrecauda: Tinha o coral, a arrecauda, a escova PE-I/11/ND. Cauda de causar admiração//neologismo enfático (V. *Arrebrusco*)

Atendendo à remissão final entre parêntesis, fui ao verbete **arrebrusco**, no mesmo léxico, e encontrei:

Arrebrusco: (...) A anexação do elemento *arre* a diversas palavras (substantivos, adjetivos, verbos) é um processo de enfatização peculiar do Autor. Ele é bastante usado na formação de neologismos como *Arrecauda*, *Arreglória*, *Arreleque*, *Arrefrio* etc. (...)

A explicação do dicionário de Nilce Martins é convincente pela sua coerência, observada pelo menos em dois verbetes. Entretanto, ainda penso nas duas visões do menino, de ângulos diferentes, e, acima de tudo, na ditongação dialetal do a tônico, que transformaria *arrecada* em *arrecauda*. Seria, nesse caso, uma ocorrência de arcaísmo fono-lexical.

Se a minha hipótese for correta, isso talvez nos autorize a afirmação de que um dos segredos da permanência da obra de Guimarães Rosa, não apenas como monumento literário, mas também como monumento lingüístico, uns desses segredos (apenas um) talvez seja a presença dos arcaísmos, revitalizados em ambientes lingüísticos absolutamente novos e originais.

A aparente modernidade da linguagem rosiana não é senão uma capa sob a qual se escondem tesouros da língua antiga, preservados no falar sertanejo. Este falar, pelo isolamento geográfico do sertão e pela sua marginalização histórica, está sempre a salvo das influências de uma cultura cosmopolita que acaba por invadir a linguagem e os costumes das grandes metrópoles. A Guimarães Rosa, creio que se podem aplicar as palavras de José Paulo Paes, no seu poema “Aporia da vanguarda”, que integra a obra póstuma *Socráticas* (2001). Diz ele:

Nada envelhece tão depressa quanto a novidade.
Só o que já nasceu velho é que não envelhece. (p. 33)

É isso mesmo. A linguagem de Guimarães Rosa, com toda a sua novidade, já nasceu velha. Por isso não envelhece. E por isso retrata tão bem o sertão. Pois o sertão também é um mundo velho. Arcaica é sua cultura. Arcaica é sua linguagem.

ABSTRACT

The basic principle on which this paper is constructed seems evident: every literary interpretation must have a linguistic foundation. Thus, the paper aims at defining, successively, Brazilian Portuguese, the dialect of the *sertão* (backlands) and Guimarães Rosa's style, going on to survey and analyze some stylistic facts selected from the short story “Famigerado”, from *Primeiras estórias*.

Keywords: Brazilian Portuguese; Literary language; Backlands; Guimarães Rosa's style; “Famigerado”.

Referências bibliográficas

- AFONSO X, o Sábio. **Cantigas de Santa Maria**. Edição de Walter Mettman. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1957/1972. v. 4.
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. São Paulo: Anhembi, 1920.
- CÂMARA JR., Joaquim Matoso. **História da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pa-drão, 1976.
- GALVÃO, Wálnice Nogueira. **As formas do falso**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.
- LEÃO, Ângela Vaz. **O período hipotético iniciado por se**. Belo Horizonte: UFMG, 1961.
- MARQUES, Osvaldino. Canto e plumagem das palavras. In: _____. **A seta e o alvo**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1957. p. 9-128
- MARTINS, Nilce Sant'Ana. **O léxico de Guimarães Rosa**. São Paulo: Edusp, 2000.
- MELO, Gladstone Chaves de. **Alencar e a "língua brasileira"**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1948
- NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- PAES, José Paulo. **Socráticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- PINTO, Edith Pimentel. **A gramatiquinha de Mário de Andrade: texto e contexto**. São Paulo: Duas Cidades, 1990.
- ROSA, J. Guimarães. Famigerado. In: _____. **Primeiras estórias**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956.
- ROSA, J. Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963.
- VASCONCELOS, José Leite de. **Esquisse d'une dialectologie portugaise**. Paris: [s.n.], 1901.